

JAIR LEONARDO LOPES

A POLÍTICA CRIMINAL DA “LEI E DA ORDEM” – ANTEPROJETO DE REFORMA DA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL: UMA VISÃO CRÍTICA

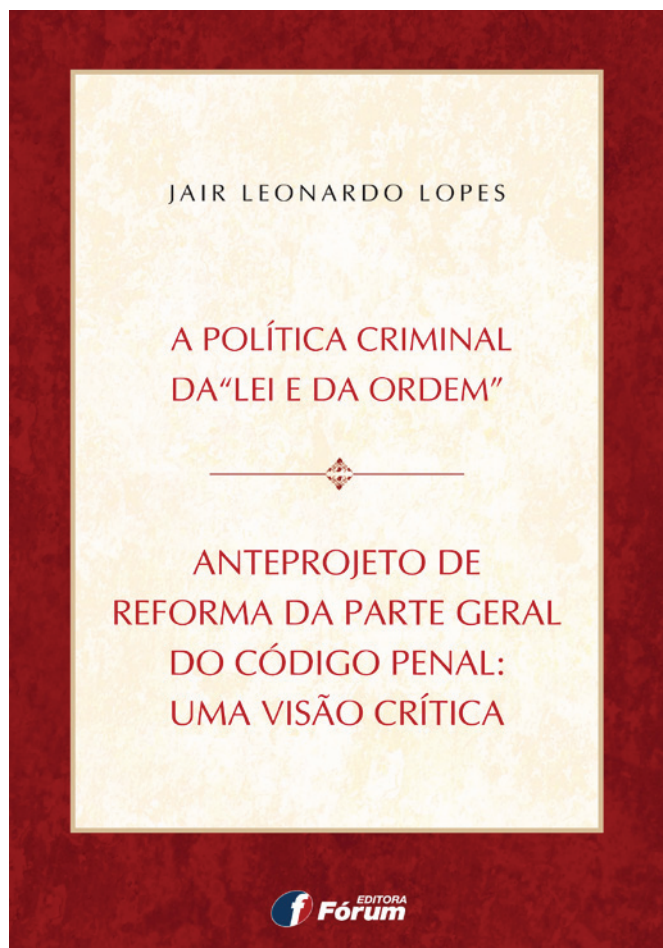
Área específica
Direito Penal.

Áreas afins
Política Criminal. Direito Processual Penal.

Público-alvo/consumidores
Estudantes e profissionais do direito.

Formato: 14,5x21,5 cm

CÓDIGO: 10000586



Entre os dois trabalhos aqui publicados pode, aparentemente, não haver rigorosa sequência lógica, em razão dos títulos atribuídos a cada qual. Entretanto, eles se identificam pela natureza da política criminal de extremado rigor punitivo que a ambos orienta.

Quanto ao primeiro, sobre crimes hediondos e a política criminal da “Lei e da Ordem”, por seu próprio título, revela-se a natureza repressiva das leis que dele constam.

O segundo trabalho contém considerações sobre o Anteprojeto de Reforma da Parte Geral do Código Penal, que, tão logo fora entregue no Senado Federal, tornara-se o Projeto de Lei nº 236, cujas propostas demonstram a semelhança da severa orientação punitiva que aos dois textos informa. Mas o recente conhecimento do teor do último Substitutivo, ou Substitutivo após emendas, permite concluir que é de muito mais rigor punitivo do que o Anteprojeto transformado no PLS nº 236.

Fica assim explicada a razão da publicação conjunta dos trabalhos, que se identificam por versarem os mesmos temas em leis vigentes e propostas legislativas, todas sujeitas a juízo crítico que se estende à pretensão precursora de introduzir no Código Penal Brasileiro a Teoria da Imputação Objetiva quando os que a conceberam, e nela trabalham, consideram que ainda não está acabada. Talvez por isso não faça parte do Código Penal do país onde surgiu.

L684p Lopes, Jair Leonardo
A política criminal da “Lei e da Ordem”: Anteprojeto de reforma da Parte Geral do Código Penal: uma visão crítica / Jair Leonardo Lopes. – Belo Horizonte : Fórum, 2014.
118 p.
ISBN 978-85-7700-825-4
1. Direito penal. 2. Política criminal. 3. Direito processual penal. I. Título.
CDD: 345.05
CDU: 343.21

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LOPES, Jair Leonardo. *A política criminal da “Lei e da Ordem”: Anteprojeto de reforma da Parte Geral do Código Penal: uma visão crítica*. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 118 p. ISBN 978-85-7700-825-4.

Jair Leonardo Lopes

Professor Emérito da Faculdade de Direito da UFMG, como Titular de Direito Penal. Foi Vice-Diretor da Faculdade e Coordenador dos cursos de pós-graduação. Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Membro da Comissão Revisora do Anteprojeto da Parte Geral do Código Penal, que se transformou na vigente Lei nº 7.209, de 11.07.1984. Integrou a Comissão de Reforma constituída pela Portaria nº 581, de 10.12.1992, a qual fez um “esboço do anteprojeto da Parte Especial”. Foi Membro, no Ministério da Justiça, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Membro do Conselho Superior do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas. Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Membro da Academia Brasileira de Direito Criminal (SP). Membro do Instituto Manoel Pedro Pimentel (SP). Integrou bancas examinadoras de concursos para Professores de Direito Penal das Faculdades de Direito da UFMG, USP, UnB, UFPR, UERJ e da Nacional de Direito, hoje Federal. Integrou o Conselho Federal da OAB e foi Presidente da Seccional da OAB de Minas Gerais por mandatos consecutivos. Foi Consultor ad hoc do CNPq. Advogado militante.

SUMÁRIO DO LIVRO:

NOTA DO AUTOR

OS CRIMES HEDIONDOS E A POLÍTICA CRIMINAL DA “LEI E DA ORDEM” – SEUS REFLEXOS SOBRE A PRESCRIÇÃO E A MOROSIDADE DA JUSTIÇA

- 1 O chamado “Movimento da Lei e da Ordem”
 - 2 A mídia e a política criminal da Lei e da Ordem
 - 3 A Constituição de 1988 e a política da Lei e da Ordem
 - 4 Crimes *hediondos* e as leis penais sucessivas e da mesma política criminal
 - 5 A definição da tortura como crime assemelhado aos hediondos
 - 6 A falsificação de produtos destinados a fins terapêuticos
 - 7 Lei nº 12.015 altera a Lei nº 8.072, exacerbando as penas
 - 8 Sistema progressivo de execução da pena – Inconstitucionalidade da obrigatoriedade de cumprimento de pena em regime fechado, sem observância a critério de individualização
 - 9 A suposta compatibilização da Lei nº 11.464 com a Constituição
 - 10 Livramento condicional e crime hediondo
 - 11 A Lei nº 8.072 e a proibição da graça e do indulto
 - 12 A influência no Direito Processual Penal
 - 13 A Lei nº 12.850 de 02.08.2013 – Ação controlada – Delação premiada – Infiltração nas organizações criminosas – Interceptação de comunicações telefônicas e outras
 - 14 A interceptação de comunicações para prova em investigação criminal
 - 15 A Lei nº 10.792 e a tentativa de reabilitar a “cela surda”
 - 16 A lei elitista e o aumento da pena dos crimes de corrupção ativa e passiva
 - 17 A Lei nº 10.826 desarma os de conduta correta e deixa os bandidos armados
 - 18 A Lei nº 12.683, que altera a Lei nº 9.613, sobre lavagem de dinheiro
 - 19 O plebiscito do plebiscito pretendido pelo Senador
 - 20 A suposta benignidade das leis penais e os acidentes de trânsito
 - 21 As leis contra a prescrição
 - 22 Os prazos nos quais os operadores do direito devem cumprir seus deveres
 - 23 A PEC dos Recursos serve aos Tribunais Superiores
 - 24 O STJ e a morosidade em seus julgamentos
 - 25 A Súmula nº 438, sobre prescrição antecipada
 - 26 Prescrição antecipada e o interesse de agir
 - 27 Discurso da mídia sobre impunidade e o mensalão
 - 28 Denúncia de grupos de fatos
 - 29 Doutrina do domínio do fato e dosimetria das penas
- Referências

ANTEPROJETO DA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL – A PROPOSTA DE INCLUSÃO DA TEORIA DA IMPUTAÇÃO OBJETIVA

- 1 Breve histórico da elaboração do Anteprojeto
 - 2 O Anteprojeto e a Teoria da Imputação Objetiva
 - 3 Substituição do art. 13 do Código Penal pelos arts. 14 a 17
 - 4 “Modos da codificação” e proporcionalidade das penas
 - 5 Razão para manter-se a redação da Parte Geral de 1984
 - 6 Alterações do texto sobre inimputabilidade
 - 7 A embriaguez voluntária ou culposa
 - 8 Atualizar não é adotar teoria inacabada
 - 9 O Código Penal estaria à margem da investigação científica
 - 10 “O estado da investigação científica” no dizer de seus autores e adeptos
 - 11 O respeito devido aos autores e aos que já aderiram à Teoria da Imputação Objetiva
 - 12 O risco e a infração ao dever de cuidado
 - 13 Os exemplos e a relevância da infração ao dever de cuidado
 - 14 Observância ao dever de cuidado e o Direito Penal dito “tradicional”
 - 15 Decisões que dispensam a Teoria da Imputação Objetiva
 - 16 Passo a fazer comentários sobre algumas outras propostas de alterações da *Parte Geral* do Código Penal
 - 17 Culpabilidade – Antes de tudo, elemento do conceito do fato punível
 - 18 Repugnância à responsabilidade objetiva ou sem culpa
 - 19 A lei mais benigna segundo a proposta do Anteprojeto
 - 20 A solução apresentada para o concurso aparente de normas
 - 21 O acidente de trânsito e o dolo eventual
 - 22 A tentativa e o início da execução
 - 23 A substituição da redação do crime impossível
 - 24 A proposta sobre o “princípio da insignificância”
 - 25 O excesso não punível nas causas de justificação
 - 26 A orientação permanente de mudar a redação
 - 27 Aumento do rol dos crimes hediondos
 - 28 Penas restritivas de direitos e interdições temporárias
 - 29 Da extinção do “sursis” e do livramento condicional e a omissão sobre a reabilitação
 - 30 As disposições sobre a individualização das penas
 - 31 A pena base e os critérios para sua individualização
 - 32 Da barganha e da colaboração com a Justiça
 - 33 Do imputado colaborador
- Referências